

ees

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



O ESTADO E A IGREJA

HOMENAGEM A JOSÉ ANTUNES

VOLUME 22, 2001

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

OS CATÓLICOS E A UNIVERSIDADE NO ESTADO NOVO DE SALAZAR

"Situação" e "Oposição"***

1. O Estado Novo e os "católicos"

Reflectir sobre o Estado Novo de Salazar (1932-33 a 1968) ou mesmo sobre a sua "Renovação na continuidade" no tempo de Marcello Caetano (1968-1974) leva quase obrigatoriamente a confrontarmo-nos com a questão da caracterização do regime. Para utilizar o título de uma obra sobre o Franquismo, poderíamos perguntar: "Fascismo ou Estado Católico?"⁽¹⁾).

Já o temos dito várias vezes e procurado provar o motivo da nossa discutível posição: se entendermos o conceito de "fascismo" de um modo abrangente e numa acepção politológica, consideramos o Estado Novo uma forma "identificada" de "fascismo", não lhe

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

** Este artigo, que dedico ao meu colega e amigo José Antunes, participante activo em alguns dos acontecimentos aqui referidos, foi inicialmente uma conferência proferida em Valência (Espanha), durante o V7 *Congreso Internacional sobre la Historia de las Universidades Hispánicas*, realizado de 3 a 6 de Novembro de 1999.

(9 José Andrés-Gallego, *Fascismo o Estado Católico? Ideología, religión y censura en la España de Franco. 1937-1941*, Madrid, Ediciones Encuentro, 1997.

recusando mesmo o conceito de "totalitarismo", se o entendermos na perspectiva de que o Estado Novo acabou por aceitar, na prática, a capacidade de intervir em todas as áreas da sociedade desde que estivesse em causa a sua influência ou a sua sobrevivência (2). Se, de facto, se afirmavam, formalmente, limitações de ordem ética, é porque isso fazia parte da sua ideologia e porque se adequava à mentalidade essencialmente católica do povo português. Devido à força das imagens produzidas e reproduzidas - a uma espécie de estratégia de invisibilidade do Estado e do "Chefe", à ideia de "originalidade", sempre proclamada, à afirmação de que Portugal constituía uma excepção num mundo em delírio, onde progredia o comunismo e em que o demoliberalismo, sistema já considerado ultrapassado, concorria para a destruição do Homem, entendido como "Pessoa", excepção essa onde não havia totalitarismo mas um autoritarismo paternalista e magistral e uma "democracia corporativa" - é que o Estado Novo pôde sobreviver, com sucessivas adaptações cosméticas mesmo depois da queda do nazismo e do fascismo italiano.

Miguel Unamuno, em 1935, não recusará o termo "fascismo" na caracterização do Estado Novo, embora o denominasse com um adjectivo bem característico - "fascismo de cátedra"(3). Mas, normalmente, os escritores que falaram de Salazar e do Estado Novo - nomes como Paul Valéry, Austen Chamberlain ou Mircea Eliade(4) (não falamos propositadamente daqueles que estavam mais marcados por uma ideologia maurrasiana ou tradicionalista católica, como Jacques Bainville, Pierre Gaxotte, Gonzague de Reynold ou Eugenio d'Ors) - nunca utilizaram tal conceito e, manifestando a sua simpatia

(2) Vide, sobretudo, o nosso artigo "'Estado Novo' em Portugal: ensaio de reflexão sobre o seu significado", *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, vol. XXIII, n.º. 1, Jun. 1997, pp. 5-32. Também publicado, com o título "'Estado Novo' em Portugal (1932-1974): Reflexões sobre o seu significado", in *Espana - Portugal. Estúdios de Historia Contemporânea*. Dirigido por Hipólito de la Torre Gómez e António Pedro Vicente. Madrid, Editorial Complutense, 1998, pp. 65-88.

(3) *Ahora*, Madrid, 3.7.1935, "Comentário. Nueva vuelta a Portugal".

(4) Cf., respectivamente: *Salazar. Le Portugal et son Chef. Précédé d'une note sur l'idée de Dictature*, Paris, Éditions Bernard Grasset, 1934; *Portugal and his Leader*. [...] With a Preface by the late Sir Austen Chamberlain, Londres, Faber and Faber, 1939; e *Si Revolutia in Portugalia*, Bucareste, Editura Gorjan, 1942.

por Salazar, pensavam que ele estava a construir um Estado "original". As exceções, como Simone de Beauvoir ou o comunista inglês Raph Fox ou alguns brasileiros como o jornalista José Jobim ou o embaixador Álvaro Lins, são praticamente exceções a confirmar a regra. E, se a reflexão tem uma dimensão mais de natureza científica nos historiadores, o certo é que quase unanimemente também eles recusam o conceito de "fascismo" atribuível ao Estado Novo⁽⁵⁾.

Neste contexto, surge o conceito de "católico" no horizonte de caracterização do Salazarismo. Fora da II Guerra Mundial e sem uma guerra civil como em Espanha, concretizou-se aqui com menos força o conceito de "Cruzada". No entanto, Salazar fora seminarista e militante católico, a sua matriz cultural era a doutrina social da Igreja. Por isso, fez parte da sua ideologia a defesa da "Civilização Ocidental e Cristã", contra o satanismo bolchevista.

Mas não foi "católico" o Estado de Salazar. Como se dizia no tempo - conceito que foi recuperado por Manuel Braga da Cruz, o mais interessante historiador das relações do Salazarismo com o pensamento católico⁽⁶⁾ - o "catolicismo" era a nota de marca do Estado de Salazar. Numa tradição laicizadora moderada ou, pelo menos, "galicanista", entendeu-se que o Estado não deveria estar totalmente separado da Igreja, mas deveria estar simultaneamente separado e unido. A Igreja deveria estar separada na sua dimensão puramente espiritual, impondo-se à sociedade e ligando-a a si no seu vector formal e cultural, o que era favorável ao próprio Estado. Contudo, a Igreja deveria também estar unida e até subordinada ao Estado na sua dimensão social e mesmo política. Daí que, se até à Concordata (1940), a Igreja foi convergente com o Salazarismo, certa de que ambos estavam a desempenhar uma idêntica missão de recatolicizar a sociedade, a partir daí começaram as rupturas e elas verificaram-se também ao nível da Universidade ou do pensamento universitário dos católicos.

Como é possível, no entanto, falar dos "católicos", dado que o único partido católico - o Centro Católico Português, de que Salazar

⁽⁵⁾ Vide a última obra saída no estrangeiro sobre o tema: Yves Léonard, *Salazarisme et Fascisme*, Paris, Editions Chandeigne, 1996.

⁽⁶⁾ Manuel Braga da Cruz, *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980, e *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998.

fora até efêmero e mal sucedido deputado - se extinguiu em 1934, por pressão de Salazar e dos salazaristas, que terminaram também com todos os outros partidos e com a Maçonaria, a que alguns partidários do Estado Novo pertenceram, tudo em nome da "União Nacional", a ideologia e, na prática, o "partido único" do Salazarismo? E em que dimensão falamos de "católicos", dado que praticamente grande parte dos apoiantes de Salazar assim se intitulava, praticando a religião por convicção ou por simples costume? Falaremos, genericamente, de "católicos", referindo-nos àqueles que se integraram em organizações católicas de tipo universitário, como o Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), de Coimbra, e a Acção Católica, nomeadamente a Juventude Universitária Católica (JUC), ou a algumas figuras públicas da hierarquia católica ou a simples leigos que se afirmavam militantes católicos.

2. *Salazar, militante católico, e a Universidade*

Salazar⁽⁷⁾ fora secretário do CADC e, assim, enquanto estudante e enquanto professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, depois de 1914-1915, embora não tivesse assumido a militância do seu amigo e colega da Faculdade de Letras, Padre Manuel Gonçalves Cerejeira (futuro Cardeal-Patriarca de Lisboa), nomeadamente nas páginas do jornal de combate dos académicos católicos, *O Imparcial*, defendera também uma posição de "Renascença Cristã", de recatolicização da sociedade, contra o laicismo republicano⁽⁸⁾. Por outro lado, apesar de não se lhe conhecer nenhuma atitude pública em prol do regresso das tradições universitárias - particularmente evidentes a partir de 1918, em especial com a cerimónia de imposição de insígnias doutorais a

(7) Para este e outros pontos, *vide* o nosso livro *A Universidade e o Estado Novo. O caso de Coimbra. 1926-1961*, Coimbra, Minerva, 1999. Propriamente sobre Salazar a única obra existente sobre a sua vida e acção política continua a ser a do seu correligionário, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, *Salazar*, 6 vols., Barcelos/Coimbra, Livraria Civilização/Atlântida.

(8) Cf. João Paulo Avelãs Nunes, Jorge Seabra e António Rafael Amaro, *O C.A.D.C. de Coimbra, a Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo. 1905-1934*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993.

Cerejeira na Sala do Senado, em 30 de Janeiro, à qual se veio a seguir a cerimónia na Sala dos Actos Grandes (vulgarmente conhecida por "Sala dos Capelos") de Amorim Girão, em 28 de Maio de 1922, com um discurso muito significativo do próprio Manuel Gonçalves Cerejeira, e mesmo do primeiro doutoramento *honoris causa*, concedido aos comandantes dos aliados da Primeira Grande Guerra, Marechal Joffre, de França, Generalíssimo Diaz, de Itália, e General Smith Dorrien, de Inglaterra, de visita a Portugal (15 de Abril de 1921)⁽⁹⁾ - com certeza que as terá saudado, mesmo que se diga que a sua discrição tivesse como motivo, para além de razões psicológicas, um maior empenhamento numa luta pela renovação pedagógica mais do que pelo regresso do cultualismo académico. Igualmente nada se sabe acerca de qualquer militância em relação à questão do culto na capela da Universidade, desactivada com a revolução republicana de 1910, cuja reactivação para o culto surgiu episodicamente em fins de 1918, mas que só se tomará efectiva na sequência da revolução nacionalista de 1926.

A militância de Salazar - que tivera entre os seus mentores um católico social moderado, João Serras e Silva, professor da Faculdade de Medicina - situava-se, sobretudo no terreno da acção pedagógica, defendendo publicamente (inspirado por Edmond Demolins) que a renovação da sociedade se faria mais pela educação do que pela política. E, como político, conforme já dissemos, o seu combate situou-se sobretudo no terreno do partido católico, no Centro Católico Português. Aí, numa famosa comunicação apresentada no seu 2.º Congresso, realizado em Lisboa nos dias 29 e 30 de Abril de 1922, baseando-se na doutrina tomista da origem divina do poder e recusando a tese demoliberal do contrato, vai afirmar como objectivos da acção política dos católicos "a defesa dos interesses da Igreja" e "a cristianização das instituições e das leis, fazendo com que sejam informadas pelos princípios da religião"⁽¹⁰⁾.

⁽⁹⁾ Cf. "Quid petis? Os 'doutoramentos' na Universidade de Coimbra", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 15, 1993, pp. 177-316.

⁽¹⁰⁾ *Centro Católico Português. Princípios e organização. Tese apresentada ao 2.º Congresso do Centro Católico Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1922. O mesmo texto foi publicado na edição organizada por Manuel Braga da Cruz, *António de Oliveira Salazar, Inéditos e dispersos*, vol. I, Venda Nova, Bertrand, p. 251 ss.

Salazar, como universitário, de facto até 1928 (formalmente até à sua jubilação em 1959), ano esse em que definitivamente ocupará lugares de governo, primeiro como Ministro das Finanças e depois como Presidente do Conselho de Ministros, será, pois, acima de tudo professor - e é unânime que foi um excelente pedagogo - e militante católico. Mesmo a acusação de que foi vítima com mais três outros colegas da Faculdade de Direito, de fazer da cátedra um meio de difusão das ideias monárquicas - que o levou à suspensão temporária em 1919 - nunca se provou e estamos certo de que se tratou de uma acusação oportunista⁽ⁿ⁾.

Apenas recordaremos, como síntese, que, apesar do tom discreto da sua postura pública, só contrariado pela importância que lhe era conferida nos salões mundanos e conservadores de Coimbra, estaria fundamentalmente em consonância com as posições dos católicos e corporativistas universitários: no plano político, a defesa das teses corporativistas católicas de Leão XIII, aliadas às teorias da sociologia terapêutica e pedagógica de Le Play e de Demolins, com afirmações antiliberais; no plano económico e financeiro, uma orientação pragmática e uma concepção de Economia Social, na sequência do seu mestre Mamoco e Sousa; e, no plano universitário, a aceitação pouco entusiasmada do regresso das tradições, aliada a uma inovação pedagógica em que estaria mais interessado, e provavelmente a defesa, também sem grande animação, da autonomia corporativa da Universidade, curiosamente logo conferida em 1926, embora revogada em 1929, sobretudo no que dizia respeito à eleição do reitor, prática que a Primeira República criara em 1911 e suspendera a partir de 1919, depois do golpe da "Monarquia do Norte".

3. A Universidade ao serviço do regime

A perda de autonomia da Universidade, por que lutaram católicos e corporativistas universitários, como acabámos de dizer, será uma realidade já na Ditadura Militar, mas em especial durante o Estado Novo. Esta será afinal uma das primeiras provas de que o

⁽ⁿ⁾ Vide António Pedro Vicente, "Conflitos académicos durante a 1.ª República. Professores acusados de ofensas às instituições democráticas", in *Universidade(s). História, memória, perspectivas*, Coimbra, 1991, voi. 5, p. 327 ss.

Estado salazarista não se identificava com os ideais que Salazar defendera ou que aceitara enquanto militante católico afastado dos círculos do poder⁽¹²⁾. Na verdade, logo que se consolidou o Estado Novo, veio ao de cima, ainda com maior evidência do que na Ditadura Militar, o carácter autoritarista e intervencionista do Poder Político em relação às várias áreas da sociedade e, assim, à Universidade.

Se a teoria defendida por salazaristas era a de que - na lógica de um dos seus textos - o Estado Novo, como "Estado de tendências totalitárias", deveria tornar a Universidade "nacionalista", "corporativista" e "organicista" (esclareça-se: não tanto "corporativista", mas "corporativista orgânica", ou seja, um órgão do Estado, tal como eram, por exemplo, os sindicatos)⁽¹³⁾, na prática Salazar terminou, nos anos de 1934-1936, com qualquer veleidade autonomista e democrática da Universidade, ao demitir professores adeptos das ideias defendidas pela Primeira República, ao terminar em Coimbra, a Universidade mais antiga e com maiores tradições associativas, com eleições dos estudantes na sua Associação Académica (fundada em 1887), e ao suspender também ali e nas outras universidades a representação dos estudantes nos seus órgãos de governo, a Assembleia Geral e o Senado. Mas, nesses tempos, os católicos colaboravam ainda com o governo de Salazar, sem entenderem o alcance das suas posições, pensando apenas na "recristianização da sociedade" e na luta contra o laicismo, o anticlericalismo e o ateísmo comunista (o fantasma do "perigo espanhol" constituía uma bandeira de rara sedução).

Com efeito, o primeiro presidente de uma Comissão Administrativa da Associação Académica de Coimbra nomeada pelo Estado, contra a eleição realizada, que escolhera uma direcção da ala republicana, era o estudante de Medicina João Pedro Miller Guerra, militante do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC) e director da

⁽¹²⁾ Salazar, na célebre entrevista dada a António Ferro, dissera explicitamente que a sua posição enquanto político nada tinha a ver com os "católicos". Perante as críticas por eles formuladas, que Ferro transmitiu a Salazar, respondeu: "Os católicos foram absolutamente estranhos à minha entrada no Governo, como têm sido absolutamente estranhos a todos os meus actos políticos" (António Ferro, *Salazar, o homem e a sua obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933, p. 35).

⁽¹³⁾ Cf. *O Problema Universitário em Portugal*, Editorial Vanguarda, Lisboa, 1934.

revista *Estudos* (1936) que, nos seus escritos de então, não manifestava, contudo, uma colagem ao Estado Novo, mas uma concepção cultural eclética, onde não estão ausentes as teses do intelectual cooperativista António Sérgio⁽¹⁴⁾. Entretanto, os reitores e alguns professores, em discursos ou alocuções oficiais, nos anos 30 a 50, iam assumindo posições convergentes onde se destacavam a herança da Igreja na Universidade e o seu objectivo máximo de cristianização e de defesa da "Europa" e da "Civilização Ocidental", o apoio à política nacionalista de Salazar e até, em alguns casos, no final da década de 30 e inícios da década de 40, algumas seduções de origem fascista italiana, como o elogio à *Carta della Scuola*. Salazar e Cerejeira apareciam, neste contexto, como os dois grandes símbolos da Universidade de Coimbra.

E exemplo o caso de Caeiro da Mata, doutor em Coimbra mas então reitor da Universidade de Lisboa, que, em 1937, durante a cerimónia de celebração do 4.º Centenário da transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra, falou em nome das universidades de Lisboa e do Porto e da Academia das Ciências. Mitificando a Universidade, apresenta-a, por assim dizer, como um oásis num mundo conturbado, onde a juventude vem aprender "as lições de prudência, de equilíbrio, de ordem, de continuidade no esforço, que dir-se-ia quase inteiramente esquecidas". Ela é, pois, para ele, uma espécie de reserva da concepção ético-política do Estado Novo ou dos valores que o transcendem, mas que o Salazarismo recuperou. Por isso, Caeiro da Mata não poderia deixar de invocar - no seu dizer - "dois dos mais altos valores" de Portugal, que saíram de Coimbra "para se votarem inteiramente ao serviço da religião e ao serviço da Pátria". Evidentemente que se adivinha de quem se trata: "Um, o professor Gonçalves Cerejeira, Cardeal Patriarca de Lisboa, símbolo admirável da bondade e da inteligência portuguesa", outro, "o professor Oliveira Salazar, o grande reconstrutor da Pátria"⁽¹⁵⁾.

⁽¹⁴⁾ Vide "Nós, os que ainda somos estudantes", *Via Latina*, Coimbra, Dez. 1937.

⁽¹⁵⁾ J. Caeiro da Matta, *O Centenário da Universidade de Coimbra*. Na sessão solene realizada na Sala dos Capelos em 7 de Dezembro de 1937, Lisboa, 1938.

Mesmo aquando dos doutoramentos *honoris causa*, como foi o caso significativo do Generalíssimo Franco, em 1949⁽¹⁶⁾, dez anos depois do final da guerra civil e alguns anos após a queda dos sistemas nazi-fascistas, se salienta a afirmação da ideologia católica então ainda corrente e a participação dos seus militantes na sua divulgação. O Cardeal Cerejeira foi significativamente o "padrinho" do *Caudillo de Espana*. Guilherme Braga da Cruz, respeitável professor de Direito e grande intelectual católico, fez o discurso de elogio do novo doutor. O Reitor, Maximino Correia, começou por utilizar na sua oratória as próprias palavras que Franco proferira em 18 de Julho de 1936, no início da Guerra Civil de Espanha: "Temos o orgulho de ser a primeira nação que se levanta para defender a civilização ocidental, ameaçada por ideias do Oriente"⁽¹⁷⁾. Daqui partia para o sintético elogio do doutorando, de acordo como o ritual da cerimónia - "estrénuo paladino de uma civilização que é a razão de ser da nossa existência"⁽¹⁸⁾. O discurso de Braga da Cruz é idêntico nos seus pressupostos ideológicos. "Na pessoa de Francisco Franco, é a cultura milenária e cristã da vizinha Espanha que Portugal, neste momento, pretende exaltar, por intermédio da mais vetusta e mais famosa das suas instituições culturais, que é esta velha e sempre jovem Universidade de Coimbra" ⁽¹⁹⁾ - são estas as suas palavras fundamentais. Franco tem um "destino providencial", é o "chefe do ressurgimento espanhol", estruturou "as bases da nova Espanha sobre os princípios eternos da civilização ocidental e cristã e reintegrando a Pátria na linha do seu destino histórico" ⁽²⁰⁾. E o grau de "doutor em ciências jurídicas" é concedido a Franco por motivo da sua função político-militar.

⁽¹⁶⁾ Vide António Pedro Vicente, "Franco em Portugal. Doutoramento *honoris causa* na Universidade de Coimbra", *Revista de História das Ideias*, vol.16,1994, pp. 19-71.

⁽¹⁷⁾ In Maximino Correia, *Ao serviço da Universidade de Coimbra, 1939-1960*, Coimbra, *Acta Universitatis Conimbrigensis*. Por ordem da Universidade, 1963, p. 441.

⁽¹⁸⁾ *Idem*.

⁽¹⁹⁾ *Discurso de elogio de Sua Excelência o Chefe do Estado espanhol Generalíssimo Francisco Franco Bahamonde*. Proferido no dia 25 de Novembro de 1949, na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, quando da sua investidura solene no grau de doutor "honoris causa" pela Faculdade de Direito, Coimbra, 1950, p. 6.

⁽²⁰⁾ *Ob. cit.*, pp. 7-8, 9,10-11.

"É justo que lhe não seja negado, - pede Braga da Cruz, de acordo com a prática tradicional - pois ele é o militar ilustre cuja espada nunca foi erguida senão ao serviço da justiça, que nunca fez a guerra senão ao serviço da paz, que nunca utilizou a força dos seus exércitos senão ao serviço do Direito".

4. Os primeiros confrontos dos católicos com o regime

A ligação umbilical da Universidade ao Estado Novo tem talvez como ponto simbólico mais marcante o facto de a Comissão Executiva do 3.º Congresso da União Nacional (o "partido" do Estado Novo) - realizado em Coimbra em 1951, no Liceu D. João III e no recém-construído edifício da Faculdade de Letras, integrado nas obras da nova "Cidade Universitária" - ter instalado a sua sede na própria Universidade. Estava, porém, a entrar em crise, num processo que se desenvolveu lentamente, primeiro de forma ténue e hesitante e depois de modo mais aberto e categórico. Como se disse, muitos católicos participaram de modo activo ou de forma cautelosa nessa ligação, certos de que desta maneira defendiam a sua própria causa católica; mas também se foram afastando dessa relação, na sequência de alguns que, desde a primeira hora, manifestaram dúvidas quanto à posição oficial da Igreja relativamente ao Estado Novo, como o Padre Alves Correia ou António Lino Neto, o último presidente do Centro Católico Português.

Na primeira revolta dos estudantes contra o regime - a "questão das propinas", de 1941, que constituiu uma manifestação estudantil contra o aumento das taxas de matrícula e de frequência pagas pelos escolares - verifica-se um largo consenso, tendo os católicos reivindicado a sua presença no movimento. Tratava-se, porém, de uma acção, por assim dizer, "corporativa" e não propriamente "política". De resto, os reitores procuravam, nesse início dos anos 40, para travar a acção política dos estudantes, que fossem constituídas na Associação Académica comissões administrativas de consenso, compostas por estudantes das "esquerdas" e das "direitas" (como então se dizia), entre os últimos dos quais se encontravam os "católicos".

Por outro lado, alguns estudantes católicos também participavam activamente em certos movimentos culturais que vieram a ser identificados como de "oposição". Se não intervieram tanto no

movimento cultural neo-realista, que teve um carácter dominante-mente marxista ou pelo menos socialista, não deixaram de ter, a título individual, alguma acção num grupo cultural como o Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra (fundado em 1938), o primeiro organismo académico a admitir mulheres, cujo encenador era um republicano laico, o Professor Paulo Quintela, que normalmente era conotado com posições pouco "ortodoxas" em matéria política.

O primeiro confronto claramente político deu-se, porém, no fim da Segunda Guerra, quando se verificou a queda do nazi-fascismo. Se então vemos aparecer movimentos unitários de oposição como o Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), em fins de 1943, e o Movimento de Unidade Democrática (MUD), em Outubro de 1945, no domínio académico verificamos que em Coimbra se levanta, em fins de 1944, uma acção no sentido de eleger um presidente da sua Associação, na pessoa de Francisco Salgado Zenha. Esta acção reivindicativa teve o seu termo pouco depois, em Maio de 1945, após Salgado Zenha, em nome da Academia e invocando curiosamente (de acordo com os estatutos) o seu carácter "apolítico" como presidente, se ter recusado a participar na manifestação que em Lisboa se realizou de agradecimento a Salazar pelo facto de ter preservado Portugal da guerra. No entanto, em breve se iriam - polemicamente é certo - elaborar novos estatutos da Associação Académica (1947-1948) e as suas direcções voltaram a ser eleitas. E, por outro lado, depois de um esboço de aparente abertura, o Estado Novo, repetindo, agora com mais intensidade, a acção repressiva dos anos 30, demitiu cerca de vinte professores e assistentes, nomeadamente da mais politizada Universidade de Lisboa (1946 e 1947).

Neste confronto, os "católicos", nomeadamente os católicos do CADC, ainda se mantiveram afastados ou mesmo em posição de luta contra a ala "política" da Academia. O certo é que alguns destes estudantes mais politizados pertenciam ao MUD-Juvenil, em certa medida controlado pelo Partido Comunista, como era o caso de Salgado Zenha, que veio a ser preso em 1947, o que originava por parte dos católicos uma reacção de desconfiança. No entanto, já se verificaram intervenções interessantes, no que diz respeito nomeadamente à participação de estudantes católicos nas listas da Associação Académica, em particular nos Conselhos de Faculdades e no

Conselho Feminino, tendo em conta que as mulheres eram então mais receptivas a concepções conservadoras.

Deve dizer-se, porém, que, mesmo que a título individual, já há algumas marcas que revelam o posicionamento diversificado de "católicos" na cena propriamente política. As eleições presidenciais de 1949, as primeiras em que houve um candidato da oposição, agitaram o país e, assim, a Academia. O candidato contra a política do Estado Novo era o General Norton de Matos, figura marcante da Primeira República, famoso colonialista e grão-mestre da Maçonaria. Esse facto serviu para que alguns estudantes católicos agitassem a bandeira antimaçónica e anticomunista. No entanto, já não havia unanimidade, se alguma vez houvera. Se a camada católica de oposição seria ainda isolada e não institucional, havia nela vozes significativas, como sucedia em Coimbra com o assistente da Faculdade de Direito, Orlando de Carvalho, antigo membro da direcção do CADC, em 1944-45, e subdirector da revista *Estudos*, no ano seguinte. Numa entrevista ao *Diário Popular*, onde fez questão em se identificar como católico, utilizando uma argumentação jurídico-política, de inspiração tomista e suarista, criticou o Governo pelo facto de manifestar "relutância" em recorrer à "consulta popular", que era - segundo ele - o "único critério [...] de renovação" política. As suas palavras são bem significativas:

"Dentro de uma mentalidade espiritualista, uma vez ultrapassada a teoria de direito divino quer a monarquia quer a república só poderão fundamentar-se na delegação da soberania por parte do povo, a quem pertence por direito originário, em disposição do Supremo Ordenador ou com assentimento da razão natural. Boa doutrina que na plenitude da sua pureza, a teologia católica tem o direito de reclamar, pois a lemos em Francisco Suárez e nas suas raízes mais fundas se encontra implícita em S. Tomás. Quase chego a concluir que, se a Igreja oficializou S. Tomás, embora não tenha que definir-se em matéria de política concreta, as suas simpatias devem ser razoavelmente democráticas..."⁽²¹⁾.

Sintomaticamente, no mesmo número do jornal, um outro antigo membro do CADC, Arménio Cardo, que fora chefe da Redacção da revista *Estudos* e antigo presidente da Comissão Administra-

⁽²¹⁾ *Diário Popular*, Lisboa, 24 Jan. 1949.

tiva da Associação Académica e que era então delegado de uma instituição do regime, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, defendia o Estado Novo e o seu candidato, o General Óscar Carmona, com base na defesa de que o Salazarismo velara pelos direitos dos trabalhadores.

5. As posições institucionais

Mas, as primeiras posições institucionais revelaram-se nos anos 50. Em 1953 dá-se o primeiro congresso da Juventude Universitária Católica (JUC). É certo que algumas personalidades católicas conservadoras, como o bispo D. Manuel Trindade Salgueiro, aí apresentaram as suas comunicações e é verdade que as teses ali expostas não se opunham essencialmente à ideologia do Estado Novo. Todavia, ali proferiram as suas teses, intelectuais que já desenvolviam ou haveriam de ter uma atitude crítica perante a sociedade do seu tempo, como o próprio presidente-geral da JUC Dr. Adérito Sedas Nunes, Maria de Lurdes Pintasilgo, Francisco Pereira de Moura ou Rogério Martins, ou seja, intelectuais que irão formar uma ala liberal do regime ou que tomarão em relação a ele atitudes de nítida oposição⁽²²⁾. Mas, mais do que as posições pessoais, o que conta é o modo como o Congresso foi organizado e como se desenhou manifestamente uma atitude crítica da Universidade.

Com efeito, houve um *Boletim de Informação*⁽²³⁾ que contou com alguns números e onde se alertou para os resultados de inquéritos que foram realizados. Aliás, uma comissão de inquéritos com subcomissões procurou entender qual a posição dos estudantes quanto à Universidade, quais as suas preocupações culturais, quais as suas aspirações profissionais, o seu nível e dificuldades económico-sociais. Neste contexto, os inquéritos foram ao ponto de procurar compreender se os estudantes tinham interesses políticos, se pensavam que a Igreja deveria ou não ter o papel de orientar a sociedade,

⁽²²⁾ Cf. I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica, *O pensamento católico e a Universidade*, Lisboa, 1953.

⁽²³⁾ Esse Boletim era da responsabilidade da Comissão Executiva do Congresso, que tinha sua sede no Campo dos Mártires da Pátria, 43, em Lisboa. Saíram dele alguns números em 1952-1953.

se conheciam, por exemplo, as filosofias existencialista e marxista ou se liam obras integradas em coleções como a "Seara Nova", que era responsável por uma doutrinação de matriz socialista utópica. E concluíram que o grau de descrédito do ensino universitário era muito grande, a ponto de haver 59% de estudantes finalistas que ficaram "desiludidos" com a Universidade, 31% que tiveram uma posição neutra ("assim-assim") e só 9% que se mostravam "satisfeitos"⁽²⁴⁾. Finalmente, deve dizer-se que, entre a bibliografia aconselhada para os estudantes se prepararem para o Congresso, o *Boletim* referia⁽²⁵⁾, para além da leitura de intelectuais do regime interessados nos problemas da Universidade e do seu ensino, que manifestavam ideias mais abertas, como Marcello Caetano⁽²⁶⁾ e Inocêncio Galvão Teles⁽²⁷⁾, que haveria de ser ministro da Educação Nacional, a leitura de um intelectual católico muito crítico em relação à situação do ensino universitário, Afonso Botelho⁽²⁸⁾, de outro intelectual católico, conservador mas fortemente polémico em relação à política de obstrução por parte do Estado à fundação de uma Universidade Católica em Portugal, Fernando de Aguiar⁽²⁹⁾, do número especial da revista *Estudos*, do CADC, dedicado aos problemas universitários⁽³⁰⁾, a leitura da obra de um dos professores demitido em 1947 (embora depois reintegrado), Celestino da Costa⁽³¹⁾, ou do texto clássico de Ortega y Gasset,

(24) Cf. I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica, *Boletim de Informação*, r. 3, 3 de Dezembro de 1952.

(25) *Idem*.

(26) Marcello Caetano, *Universidade Nova*, separata dos *Estudos*, Coimbra, 1942.

(27) Inocêncio Galvão Teles, *Universidade e os seus fins*, separata da *Revista da Faculdade de Direito*, Lisboa.

(28) Afonso Botelho, "Poder espiritual da Universidade", *Cidade Nova*, n.º 2, Nov. 1949. Com base na reflexão deste e doutros artigos, Botelho haveria de escrever o livro *O drama do universitário*, Lisboa, Cidade Nova, 1955.

(29) Fernando de Aguiar, *Por uma Universidade Católica. Uma campanha do Espírito*, Lisboa, Sigma, 1951.

(30) "Problemas Universitários", número especial da revista *Estudos*, n.º 307, Coimbra, Maio 1952.

(31) A. Celestino da Costa, *Ensino Superior e investigação científica*, Lisboa, Centro Bibliográfico, 1945.

Missão da Universidade, editado pela "Seara Nova"⁽³²⁾. Ortega inspirara também um professor católico que colaborara com o regime o qual, no início da década de 50, proferira uma oração de sapiência sobre "A cultura geral do universitário"⁽³³⁾.

Quer dizer, manifestava-se grande inquietação relativamente à Universidade e aos seus problemas pedagógicos, culturais e sociais, de que outras obras, além das citadas, dão conta⁽³⁴⁾. Por isso os textos dos católicos começaram a ser entendidos como indiciadores de uma viragem, quer pelo Estado Novo, quer pela oposição política, entre ela os comunistas, que continuavam a ser nessa altura o único grupo verdadeiramente organizado⁽³⁵⁾. Globalmente, pode, pois, dizer-se que, apesar de as rupturas não serem ainda violentas, os católicos começaram a entender que, após a devolução das suas "liberdades" e da restauração pública da sua ética social, nomeadamente no que dizia respeito ao registo civil e à questão do divórcio, através da Concordata de 1940⁽³⁶⁾, haveria que permitir-lhes o desenvolvimento de uma mais completa dinâmica no sentido de a Igreja se encarregar do que consideravam ser a sua missão, ou seja, o papel de orientadora de consciências e de constituir mesmo um sistema próprio de ensino - uma "Universidade Católica", que se fundamentaria no artigo XX da referida Concordata⁽³⁷⁾. Daí as críticas já referidas de Fernando de

(32) José Ortega y Gasset, *Missão da Universidade*, trad, do castelhano, Lisboa, Seara Nova, 1946.

(33) Cf. "Oração 'De Sapientia' (Proferida em 21 de Novembro de 1951 pelo Doutor Diogo Pacheco de Amorim)", *Anuário da Universidade de Coimbra*, 1951-1952, p. 15 ss. Sobre a Faculdade de Teologia, ver pp. 30-31.

(34) Vide, por exemplo, António Quadros, *A angústia do nosso tempo e a crise da Universidade*, Lisboa, Cidade Nova, 1956.

(35) Esta informação deve-se ao testemunho sempre fundamental do Dr. Alberto Vilaça, a quem devemos o conhecimento dos referidos boletins e inquéritos, guardados nos seus arquivos particulares de militante do Partido Comunista.

(36) Há várias edições da Concordata assinada entre o Estado e a Igreja, no Vaticano, em 7 de Maio de 1940, com grandes elogios por parte do papa Pio XII e do Cardeal Patriarca de Lisboa. Devido aos vários documentos que são publicados, poderá ver-se o livro de Manuel Baptista Dias da Fonseca, *A Igreja e o Estado. Colectânea de vários textos*, Lisboa, 1959.

(37) O texto do artigo XX é o seguinte: "As associações e organizações da Igreja podem livremente estabelecer e manter escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas, nos termos do direito comum, à

Aguiar, na sua cruzada em prol de uma Universidade Católica⁽³⁸⁾, e as tentativas mal sucedidas do Patriarcado em prol da sua criação, as movimentações da tradicional Universidade de Coimbra acerca da restauração da Faculdade de Teologia⁽³⁹⁾. Daí o zelo reformador do professor de Direito de Coimbra, Luís Cabral Moncada (que de posições de direita radical de tipo nacional-sindicalista transitou para ideias mais moderadas de tipo católico, numa posição de apoio crítico ao Estado Novo) no sentido de propor a reforma da Universidade,

fiscalização deste e podendo, nos mesmos termos, ser subsidiadas e oficializadas. O ensino religioso nas escolas e cursos particulares não depende de autorização do Estado, e poderá ser livremente ministrado pela Autoridade eclesiástica ou pelos seus encarregados. E livre a fundação dos seminários ou de quaisquer outros estabelecimentos de formação ou alta cultura eclesiástica. O seu regime interno não está sujeito à fiscalização do Estado. A este deverão, no entanto, ser comunicados os livros adoptados de disciplinas não filosóficas ou teológicas. As autoridades eclesiásticas competentes cuidarão que no ensino das disciplinas especiais, como no da História, se tenha em conta o legítimo sentimento patriótico" (*ob. cit.*, pp. 14-15).

⁽³⁸⁾ Explicando melhor o sentido dessas críticas e tentando perceber a sua justificação e a sua veemência, notemos que Fernando de Aguiar, que escrevera os seus artigos no *Correio do Minho* em 1950-1951, toma posição contra o que considera a estatização e a laicização da Universidade, que resultou da reforma pombalina e nunca mais foi travada. Ouçamos esta pergunta e sua resposta: "Porque se aposta ainda na Universidade no Estado, quando a tradição nos impõe que a Universidade deve estar na Nação, cadeia de povos cristãos que se querem educados no seguimento das leis cristãs do seu passado histórico. Universidade na Nação, e portanto Universidade católica" (*ob. cit.*, p. 82). E vejamos como é veemente a defesa dessa Universidade e a crítica às universidades existentes: "Por isso, requeremos haja uma nova cidade universitária, por ex., em Braga, oficializada e com mercê apostólica. E esta seja a Universidade Católica de Portugal. Para situação de favor concedida a esses protestados protestantes da política laica, que, por defensores de uma apregoada liberdade de ensino, pretendem no seu indiferentismo de ideias, um laicismo dirigido na divinização do Estado, ainda lhes ficam três ou quatro Universidades: as actuais de Lisboa (a Clássica e a Técnica); a do Porto; a tradicional de Coimbra. Que por tradicional deveria oficializar-se como católica ao fazê-la reviver para o fastígio dessa sua tradição" (*idem*, p. 227).

⁽³⁹⁾ Vide sobre estes assuntos Franco Nogueira, *Salazar*, vol. IV, *O ataque (1945-1958)*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1986 (3. ed.), pp. 337-340.

reforçando a sua autonomia e a sua orgânica corporativa e ressuscitando os velhos colégios há muito desaparecidos, ao mesmo tempo que concedia um papel orgânico na Academia, tanto à Associação Académica como a organizações católicas como o CADC⁽⁴⁰⁾. E daí a atitude dos católicos, como Guilherme Braga da Cruz, professor de Direito, futuro reitor da Universidade de Coimbra e um dos comunicantes no congresso da JUC de 1953, contra a legislação do final de 1956, o famoso decreto-lei n.º 40 900⁽⁴¹⁾.

Na verdade, se o Estado "catolaico" de Salazar não permitia a fundação da Universidade Católica, por certo receoso da falta de controlo do seu ensino, também procurava, através de uma lei social em relação às academias, de inegável interesse, coarctar a sua autonomia⁽²⁾, agora desejada por todos (ao contrário do que sucedera com os católicos nos anos 30, em que se haviam permitido cedências importantes em nome da "ordem" e da "ética" universitárias). Por isso, as manifestações contra esse decreto em fins de 1956 e princípios de 1957, sobretudo na Universidade mais tradicional, a de Coimbra, constituíram o maior, o mais consensual e o mais coeso movimento contra uma lei do Estado Novo, que nunca, por isso, se chegou a aplicar.

⁽⁴⁰⁾ Cf. "Esboço de um Anteprojecto de Estatuto Universitário", *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XXXII (1956), Coimbra, 1957, p. 325 ss.

⁽⁴¹⁾ *Diário do Governo*, I série, 12 Dez. 1956. Cf. o parecer de Braga da Cruz in *Boletim da Faculdade de Direito*, Coimbra, vol. XXXIII (1957), 1958, "Organizações Circum-Ecolares. Parecer da Câmara Corporativa sobre a proposta de lei n.º 48, em que se transformou o decreto-lei n.º 40 900, ratificado com emendas pela Assembleia Nacional".

⁽⁴²⁾ O decreto-lei 40 900, para além de organizar uma Comissão Permanente das Obras Circum-Ecolares e Sociais do Ensino Superior, que se preocuparia com as questões sociais dos estudantes, indiciaria, pelo menos em termos de imagem, uma intenção de tutela do Estado sobre as Associações Académicas, dado que integrava as existentes (que assumiam um carácter provisório) dentro do regime legal estabelecido no decreto, regulamentando mesmo as suas funções (artigo 4.º e seguintes). No que diz respeito ao desporto, destacava que as associações académicas deveriam "estimular a prática desportiva dentro da orientação e disciplina estabelecidas pelos órgãos competentes do Ministério da Educação Nacional" (artigo 5.º, e), o que foi interpretado em Coimbra como uma forma de privar a sua Associação Académica de participar no desporto federado.

Poder-se-á dizer que na primeira metade dos anos 50 e mesmo no início da segunda ainda se nota um certo apaziguamento nos meios sociais do país e, concretamente, nos meios associativos estudantis - particularmente interessados nos problemas académicos e desportivos -, devido a uma certa reafirmação da imagem do Estado Novo causada, em certa medida, por razões de equilíbrio internacional, isto é, a "guerra fria", que levou à entrada de Portugal na ONU (1955), a invasão soviética da Hungria em 1956, que justificou a legitimidade do anticomunismo, e os conflitos com a União Indiana, que reforçaram o nacionalismo. Neste contexto - e isso é visível nas páginas da revista *Estudos* e até no jornal académico *Via Latina* - os católicos de Coimbra, formalmente pelo menos, interessavam-se mais pelos seus problemas culturais e morais específicos. Por exemplo, os problemas de ensino e a formação da Universidade Católica ou as questões da educação e da profissão das mulheres, nomeadamente no que respeita ao seu papel no lar, onde, de resto, manifestaram muitas vezes atitudes conservadoras, bem integradas nos ideais do Estado Novo, são alguns dos temas preferenciais⁽⁴³⁾.

⁽⁴³⁾ Citem-se os seguintes artigos da *Via Latina*, jornal académico de grande tradição em Coimbra que se começou a publicar regularmente em 1941: "Chacun à sa place", por Maria Adelaide C. Calado (V.L., 8.3.1956), "Caloira", por Fernanda Moreira de Freitas (V.L., 21.3.1956), "A Mulher, a Família e a Sociedade", por Castilho Caldeira (18.4.1956), "Carta aberta a 'R. E.'" (V.L., 5.5.1956), "De novo a um 'Desabafo' uma pergunta" (V.L., 18.5.1956). As ideias fundamentais veiculadas nestes artigos eram as de um evidente tradicionalismo católico. No essencial defendia-se que a mulher era ainda um "sexo frágil", pelo que deveria usar das maiores cautelas; aconselhava-se a que as "caloiras", alunas do 1^o ano, tivessem cuidado com as companhias e as leituras; afirmava-se que o lugar da mulher era o de "rainha do lar", devendo sacrificar a profissão à família, etc. Sobre as questões acerca da mulher na *Via Latina*, vide Januário Gonçalves Mateus Escada Pires, *Contributo para o estudo da Via Latina (1937-69) durante o Estado Novo*, dissertação de mestrado policopiada, Coimbra, Faculdade de Letras, 1994, sobretudo cap. 2, p. 41 ss. Vide também os trabalhos de fim de curso, policopiados, de Georgina Maria dos Santos Figueiredo, *Feminismo e tradicionalismo. Feminino na Academia de Coimbra nos anos 40 e 50*, Coimbra, s.d., e Súzél Maria Alves Duarte, *Via Latina. Análise de uma quantificação*, Coimbra, 1991. Sobre os *Estudos*, vide o trabalho do fim de curso de José Augusto Pereira, *Revista Estudos do CADC - do pós-guerra ao primeiro embate académico*, Coimbra, 1999, trabalho que vem na sequência de outros estudos já

Aliás, as discussões acerca do papel da mulher na sociedade seriam um tema de grande significado no ambiente universitário de então⁽⁴⁴⁾, originando uma polémica proporcionada por um artigo saído no jornal *Via Latina*, nos inícios dos anos 60, de defesa da libertação da mulher, intitulado "Carta a uma jovem portuguesa" ⁽⁴⁵⁾. No que respeita ao CADC, não parece mesmo que os seus membros tivessem participado activamente nas direcções da sua Associação no primeiro lustro da década de 50.

Já, porém, depois de 1956-1957, os católicos, retomando a experiência resultante da sua actividade no Congresso da JUC de 1953 e na contestação ao decreto-lei n.º 40 900, assumem posições políticas mais claras, com certa militância na Associação Académica, ainda que a ambiguidade nunca desapareça, não só entre eles mas na generalidade do meio estudantil, sujeito às leis da censura e da vigilância policial, bem como às regras estatutárias da Associação Aca-

citados e publicados numa obra (*vide, supra*, nt. 8) e de outro trabalho de fim de curso (Dora Caldas Franco, Estudos. *Uma revista católica de Coimbra. 1935-1945*, Coimbra, 1998).

⁽⁴⁴⁾ Podem citar-se mais os seguintes artigos de várias matrizes ideológicas: "A vocação da Mulher e da Universitária e a A.A.", por Manuela Formigai (*V.L.*, 2.2.1959); "Tara uma problemática concreta da Universidade", por José Valle de Figueiredo (*V.L.*, 7.12.1959 - apesar de não versar somente sobre o tema da mulher, o articulista defende aqui o que chama uma "didáctica sexuada", isto é, um ensino que tenha em conta certos aspectos especiais da condição da mulher); "A Mulher e a profissão: um tema ainda actual?" por Maria Manuela Silva (*V.L.*, 7.3.1960); "Um problema momentoso. As relações entre Rapazes e Raparigas", por Joaquim Cantante Garcia (*idem*); "Assembleia de Raparigas. A Universitária e a vida associativa" (*V.L.*, 5.12.1960) ; "Carta a uma jovem sueca", por A. J. Marinha de Campos (*V.L.*, 12.12.1960) ; "Problema da jovem universitária", por Maria da Glória Padrão (*idem*); "Ainda o problema do convívio entre rapazes e raparigas", por J. Garcia Cantante (*V.L.*, 16.1.1961). Neste lote de artigos destacam-se, pelo seu carácter avançado, os de Garcia Cantante e de Marinha de Campos. Aliás, será este o autor de um artigo que iria originar uma grande polémica, a que sucintamente nos referiremos de seguida.

⁽⁴⁵⁾ *V.L.*, 19.4.1961. O artigo é assinado por A., que a *V.L.* - no contexto da polémica por ele provocada - veio a afirmar ser da autoria de Marinha de Campos (cf. *V.L.*, 8.5.1961). Veja-se sobre este tema Rui Grácio, "Moral e Política na Academia de Coimbra. Crónica documentada de uma polémica no dealbar dos anos 60", *Vértice*, II série, n.º. 15, Jun. 1989, pp. 69-85.

démica que se pautava pelo seu carácter "apolítico". Assim, numa discussão que poderíamos intitular "O estudante e a política" que se arrastou durante vários números do jornal *Via Latina*, são invocados alguns argumentos extraídos das práticas e das mensagens católicas, para justificar a legitimidade de uma certa actividade política dos estudantes, em termos (digamos) de "cidadania". Como se disse, refere-se o Congresso da JUC, cita-se o testemunho de Vicente Henrique Tarancon, então bispo de Solsona e futuro Cardeal de Espanha, ou a "Declaração dos Direitos e Deveres dos Estudantes" do 24.º Congresso da *Pax Romana* (Organismo Mundial dos Estudantes Católicos), de Setembro de 1958, que, no seu artigo I, considerara a "possibilidade de discutir livremente na Universidade todo o problema de ordem científica, religiosa, política ou outra"⁽⁴⁶⁾.

Não constituindo um partido continuavam a cruzar-se nas instituições católicas ideologias conservadoras de apoio directo ou indirecto ao Estado Novo e posições de "democracia social", de matriz tomista, tendentes a defender a democracia política. Numa palavra, haveria posições democrata-cristãs que, todavia, nunca foram capazes de se organizar "partidariamente".

O caso das eleições para a Presidência da República de 1958 é bem sintomático do que dizemos e Coimbra pode mais uma vez servir de mostruário significativo dessa realidade contraditória e ambígua. Na revista *Estudos* do CADC pela primeira vez se revela uma atitude política católica, ainda equívoca (é certo), mas tendente à afirmação de uma posição democrática. Não se fala de apoio aos candidatos da oposição e concede-se aos estudantes católicos liberdade de escolha, assim como também não se poupam críticas, por um lado, ao comunismo (de resto os estudantes católicos tomaram posição contra o imperialismo soviético na Hungria) e, por outro lado, ao laicismo da Primeira República. No entanto também são evidentes as críticas ao Estado Novo ou, como se dizia, de forma eufemística, à "situação actual do país". Eram estas as palavras polémicas do artigo dos *Estudos*:

"Há graves reparos a fazer à situação actual do País. A nosso ver impõe-se: liberdade de imprensa, aliada a uma eficaz e pronta

⁽⁴⁶⁾ Vide vários artigos publicados na *Via Latina*, de 1958 e 1959, que foram analisados por nós na obra citada *A Universidade e o Estado Novo*, p. 234 ss.

responsabilização pelos seus abusos; a eliminação de certos atropelos da polícia política; o cerceamento das prerrogativas económicas de uns tantos, em favor da elevação do nível de vida dos camponeses, operários e funcionários humildes; um sistema de assistência mais rápido e eficiente; uma urgente revisão do sistema educacional" (47).

A par disso, porém, surgia um abaixo-assinado de outro grupo de estudantes de Coimbra mais virados para o apoio ao regime, a grande maioria dos quais pertenciam às fileiras católicas. Hasteava - como era vulgar - a bandeira do anticomunismo primário, assumindo o papel de atacar explicitamente um dos candidatos da oposição, o General Humberto Delgado, que desenvolveria a tática de introduzir na vida nacional - como ali se dizia - "os saudosistas do parlamentarismo anterior a 1926 e os militares em pró de uma 'democracia popular', ou seja, sem rodeios, os partidários de uma ditadura comunista, os quais muito inteligentemente veem, no regime parlamentar de partidos a criar, a ponte de passagem ideal para a fácil instauração em momento oportuno e tão próximo quanto possível de um regime ditatorial tipo 'Países Satélites'"(48). Poucos dias depois a própria Reitoria, defendendo-se de um pretenso ataque dos Serviços de Candidatura do General Humberto Delgado, afirmava, ainda que de forma indirecta, o seu apoio ao candidato do regime, o Almirante Américo Tomás, e sobretudo a sua admiração por Salazar(49).

6. O alargamento das pressões institucionais dos "católicos"

Os anos que se seguem estão menos estudados pela escassa historiografia que se tem interessado por perceber o papel dos católicos no contexto do Estado Novo e o certo é que também a sua acção teve o seu significado entre as linhas de força que levarão finalmente à queda do regime.

(47) Cf. *Estudos*, Maio, 1958, secção "Varanda", "O momento político português", pp. 324-326.

(48) Vide "Um manifesto de estudantes de Coimbra", com o título "Ao País", datado de 3 de Junho de 1958, in *Diário de Coimbra*, 6.6.1958.

(49) "Comunicado da Reitoria da Universidade de Coimbra", *Diário de Coimbra*, 15 Maio 1958.

Se a posição oficial da hierarquia católica mantém basicamente o apoio ao regime, em particular no início da guerra colonial, também é verdade que se toma mais visível a atitude de certos membros do clero e das elites católicas contra o sistema. Sucedendo a posições assumidas desde os anos 30 e 40 por alguns padres e leigos católicos, pela primeira vez um membro do episcopado, o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, por altura das eleições presidenciais de 1958, toma uma posição crítica em relação ao regime de Salazar, numa carta dirigida ao Presidente do Conselho datada de 13 de Julho desse ano⁽⁵⁰⁾, que, por circunstâncias que se desconhecem, se veio a tomar pública. Esta situação, que valeu o exílio ao "bispo rebelde", foi sempre considerada emblemática de que a Igreja se afastava cada vez mais do Estado Novo, que teimava em não se considerar ultrapassado ou mesmo em não se reformar. Entretanto, nesse mesmo ano de 1958, militantes católicos tomam posições diversas, a título individual ou em grupo. Uma das mais significativas foi a carta crítica dirigida por 28 intelectuais, quase todos eles ligados às universidades de Lisboa, ao jornal *Novidades*, representativo da Igreja, devido à sua colagem ao candidato da União Nacional, Américo Tomás⁽⁵¹⁾. O alinhamento explícito de alguns, como Francisco Lino Neto, filho do último presidente do Centro Católico Português, ao lado da candidatura de Humberto Delgado, tornou-se um caso simbolicamente importante até pelo facto de ter vindo a ser ferido pelas forças policiais durante uma manifestação⁽⁵²⁾. A JUC, dirigida por João Benard da Costa em 1957-1958, toma posições cada vez mais afastadas do regime e o CADC, apesar das suas atitudes ambíguas, mesmo durante a crise académica de 1962⁽⁵³⁾ - sempre receoso do perigo comunista e com o sentido de não hostilizar o reitor de então, militante católico de grande prestígio, Guilherme Braga da Cruz -, vê engrossar a sua linha mais caracteristicamente democrática. Os *Estu-*

⁽⁵⁰⁾ Vide essa carta in *Católicos e Política. De Humberto Delgado a Marcello Caetano*. Edição e apresentação: Padre José da Felicidade Alves. Lisboa, s.ed., s.d., p. 31 ss.

⁽⁵¹⁾ Vide o texto dessa carta na obra citada, p. 11 ss.

⁽⁵²⁾ Vide o texto da sua autoria "Considerações de um católico sobre o período eleitoral", datado de Junho 1958, in *ob. cit.*, p. 17 ss.

⁽⁵³⁾ Cf. Álvaro Garrido, *Movimento estudantil e crise do Estado Novo, Coimbra 1962*, Coimbra, Minerva, 1996, p. 168 ss.

dos são significativos, no final dos anos 50 e nos anos 60, da diversidade já aludida das várias correntes que ali coexistiam ou se confrontavam⁴). Por outro lado, a revista *O Tempo e o Modo*, criada em Lisboa em 1963, vai ser o espelho dos católicos progressistas⁵⁵).

Não vamos aqui analisar o papel de muitos católicos, individualmente ou em grupos, ao longo destes anos de agonia do Estado Novo, de Guerra Colonial posta em causa intencionalmente, que acompanharam o Concílio do Vaticano II e algumas encíclicas mais avançadas como a *Pacem in Terris*, bem como alguns factos particularmente lesivos da imagem de Portugal, como foi a recepção dos principais grupos que lutavam pela independência em Angola, Moçambique e Guiné pelo papa Paulo VI (1970). Os anos do Marcelismo, depois de 1968, foram marcados pela crise académica de 1969 - que se sucedeu com algum radicalismo ao francês Maio de 68 - e por algumas manifestações e tentativas de golpes de Estado, em que os católicos tiveram um papel fundamental. Ficaram então conhecidas, por exemplo, a prisão do padre da igreja de Belém Felicidade Alves, acusado de subversão contra a política ultramarina (Novembro de 1968), a reunião de católicos na igreja de São Domingos em que foi condenada a guerra colonial (Dezembro de 1968), a criação do movimento GEDOC - Grupos de Estudos, Documentação, Intercâmbio e Experiências (Fevereiro de 1968), com os seus *Cadernos*, nos quais se propunha a renovação da Igreja e das instituições, a prisão do padre Mário de Oliveira (Julho de 1970), acusado de subversão contra a guerra colonial, a vigília pela paz na capela do Rato (Dezembro de 1972). O regresso de D. António Ferreira Gomes à sua diocese do Porto (Julho de 1969), permitido logo no início do governo do mais

⁽⁵⁴⁾ Os *Estudos* estão por analisar nesta sua última fase. No entanto, realizámos uma sondagem nos números dos finais dos anos 50, tendo como objectivo a escrita de um simples artigo de homenagem a um professor, padre católico, que frequentou o CADC e ali escreveu alguns estudos significativos. Vide "Miguel Baptista Pereira, pensador católico. Da (minha) memória a algumas reflexões históricas", in *O homem e o tempo. Liber Amicorum para Miguel Baptista Pereira*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999, p. 423 ss.

⁽⁵⁵⁾ Vide os artigos sobre "Católicos progressistas" e "Tempo e o Modo (O)", in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, vol. I, pp. 137-139, vol. II, p. 973.

moderado Marcello Caetano, e a substituição do Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, antigo colega e amigo de Salazar, mas que com ele tivera, por ventura, alguns atritos (que terão necessariamente de vir a ser estudados), pelo muito mais jovem D. António Ribeiro (Maio de 1971), não surtiram grandes efeitos. O regime manteve-se basicamente na mesma, pesem embora algumas aberturas de ordem cultural, e os problemas, em especial os da guerra colonial, não entraram em vias de solução.

Tomemos como exemplo duas situações, uma que particularmente estudámos e outra que estamos em vias de o fazer.

A primeira trata-se da demissão de um professor de Coimbra, Joaquim Ferreira Gomes (embora o seu processo acabasse por ser revisto e a decisão governamental tivesse acabado por ser revogada). Ela é sintomática da continuação das posições intolerantes do regime, através dos seus "ultra", em relação a qualquer posição de abertura, mesmo que ela não tivesse um sentido essencialmente político. Ferreira Gomes chegou a receber uma ordem de demissão apenas pelo facto de ter defendido, num meio universitário tradicional, o *aggiornamento* da Igreja, através de um pequeno mas incisivo livro que escreveu, *O Padre num Mundo em transformação*⁽⁵⁶⁾.

A segunda leva-nos, de novo, ao CADC. Devido ao processo de transmutação cultural por que o país passou, o Centro, a que pertencera Salazar e que fora em Coimbra o local de reunião dos estudantes católicos de vários matizes ideológicos, já praticamente não tinha sócios nos finais da década de 60. Desta forma, por acção de um pequeno número de estudantes responsáveis pelo CADC e de leigos e padres a ele ligados ou a outras instituições católicas, com o apoio de alguns professores universitários, foi criado, com certa movimentação de antigos sócios⁽⁵⁷⁾, mas também com a aprovação de algumas figuras fundamentais da Igreja de Coimbra, como é o caso do Cónego

⁽⁵⁶⁾ Joaquim Ferreira Gomes, *O Padre num mundo em transformação*, Coimbra, Livraria Almedina, 1968. Vide Luís Reis Torgal, "Estado Novo e vigilância policial na Universidade. Os casos de Sílvio Lima e de Joaquim Ferreira Gomes", in *Ensaio em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*, Coimbra, Núcleo de Análise e Intervenção Educacional - Fac. de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade de Coimbra, 1998, pp. 91-100.

⁽⁵⁷⁾ Cf. "A propósito da Assembleia Plenária do CADC", *Correio de Coimbra*, 18.2.1971.

Dr. Urbano Duarte, que havia sido assistente do CADC e se demarcara pela sua abertura religiosa e política⁽⁵⁸⁾, o Instituto *Justitia et Pax* (Outubro de 1971). Desta forma, na prática, procurava-se modernizar um órgão que tivera e tinha nesses anos conturbados uma conotação, nem sempre legítima, de conservadorismo católico e de apoio ao regime. Essa ilegitimidade pode, de resto, ser comprovada pela leitura de alguns dos números dos *Estudos* dos anos 50 e 60, como também pela acção repressiva dos órgãos do regime em relação ao CADC ou a instituições que ali funcionavam. Dê-se como exemplo o facto de um colóquio, "Perspectivas actuais da Economia Portuguesa", que seria organizado pela Secção Universitária de Estudos Antropológicos do Centro de Estudos Teológicos, ter sido proibido com grande contestação do seu director, o padre Dr. José Antunes.

A terminar, anotemos que a Universidade só difícil e parcialmente se modernizou nos derradeiros anos do regime, pesem embora alguns esforços do ministro da Educação depois dos inícios de 1970, o professor da Universidade de Coimbra, antigo reitor da Universidade de Lourenço Marques e físico credenciado, José Veiga Simão, que haveria, na actual era democrática, de ocupar, entre outros cargos, o de ministro do governo socialista. As dificuldades eram muitas para que essa reforma se verificasse, apesar das críticas e dos esforços de alguns professores e dos deputados da "ala liberal", eleitos em 1969 nas listas da União Nacional (transformada em Acção Nacional Popular em Fevereiro de 1970), mas que na sua maioria não terminariam o seu mandato. Miller Guerra, que fora presidente do CADC e da primeira Comissão Administrativa da Associação Académica de Coimbra em 1936, seria o principal defensor dessa reforma na Assembleia Nacional⁽⁵⁹⁾.

Na verdade, o Estado Novo, na sua versão de "Renovação na Continuidade" e sob a presidência de Marcello Caetano, só parcialmente se conseguia renovar. E o certo é que os defensores da sua renovação efectiva correspondiam a personalidades que se vieram a destacar depois do 25 de Abril de 1974, o que comprova que muitos dos elementos do Marcelismo já não defendiam os seus princípios.

⁽⁵⁸⁾ Cf. "Sintomas", *Correio de Coimbra*, 11.2.1971 e 11.11.1971.

⁽⁵⁹⁾ Vide *As universidades tradicionais e a sociedade moderna. Aviso prévio efectuado na Assembleia Nacional em 14 de Outubro de 1970 seguido de debate*, Lisboa, Moraes Editores, 1970.

Acima de tudo, já não eram salazaristas. Entretanto será nesse período que se começa verdadeiramente a criar a Universidade Católica. Os seus inícios datam de 1967, mas o seu alargamento numa verdadeira Universidade fora dos esquemas das ciências eclesiásticas, ou seja, no âmbito de uma Faculdade de Ciências Humanas e, no seu contexto, de um Curso de Ciências Empresariais, só se inicia em 1972, com o parecer favorável da Junta Nacional da Educação. Sintomaticamente será seu relator Guilherme Braga da Cruz⁽⁶⁰⁾.

⁽⁶⁰⁾ Vide Guilherme Braga da Cruz, *Reforma do Ensino Superior. Dois anteprojectos de parecer para a Junta Nacional de Educação*, Coimbra, Edições Cidadela, 1973.